

BOLETIM DE

ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 03 - Nº 28 - AGOSTO 2018



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

GOLPE CONTRA O ESTADO

INTERNACIONAL

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

SOCIAL

ECONOMIA

TERRITORIAL

COMUNICAÇÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS

APRESENTAÇÃO

A edição de agosto do *Boletim de Análise da Conjuntura* da Fundação Perseu Abramo traz um amplo panorama dos acontecimentos do período dividido em oito seções.

Em **Golpe contra o Estado** são sistematizadas as propostas das principais candidaturas presidenciais em relação à reforma do Estado, às empresas estatais, ao investimento público, à política fiscal e à política social, questões chave para a retomada do desenvolvimento com inclusão da maioria.

Na parte **Internacional** são tratados os recentes ataques especulativos financeiros internacionais e a crise econômica argentina; o novo plano econômico do governo venezuelano para combater a hiperinflação e a recessão; a perseguição judicial à ex-presidenta argentina Cristina Kirchner, que tenta evitar que seja candidata à presidência em 2019; e, finalmente, a condenação de ex-assessores do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o que projeta a possibilidade de que ele sofra um impeachment.

A seção de **Política e Opinião Pública** fala sobre o registro e os pedidos de impugnação da candidatura de Lula. Levanta os resultados de pesquisas logo após o registro e mostra o crescimento de Lula a despeito das restrições de liberdade e possibilidade de participar da campanha eleitoral. Apresenta também a composição dos palanques estaduais para a disputa à presidência e o quanto ele ainda poderá beneficiar-se das alianças nos estados.

No capítulo **Social** são abordados os últimos dados sobre o mercado de trabalho, que dão um panorama da precarização e da crise que atinge os trabalhadores brasileiros após oito meses de vigência da Reforma Trabalhista, aprovada com a pretensa justificativa de que geraria mais emprego formal. Em um segundo momento, se analisam algumas propostas do Plano Lula de Governo para a área social.

Na parte de **Economia** fica evidente que o país segue sem forças para reagir. Na ausência do impulso extraordinário que se verificou na agricultura ao longo do ano passado, com os investimentos retraídos por conta da incerteza quanto à demanda doméstica e da falta de linhas de crédito competitivas, com o governo cortando gastos e paralisando as obras de infraestrutura, somente as vendas para o mercado externo dão algum alento ao setor produtivo nacional. Esta é a pior e mais prolongada depressão econômica da história brasileira.

A seção **Territorial** estuda como os agrotóxicos estão cada vez mais presentes na mesa do brasileiro. Enquanto a região Sul apresenta mais que o dobro do consumo destes em relação às demais regiões, os estados da Amazônia aumentam exponencialmente seu uso. Complementarmente, a adubação química ainda é muito presente na preparação do solo e cresceu demasiadamente na Amazônia Legal, apesar de a adubação orgânica mostrar cada vez mais suas vantagens e acessibilidade.

Em **Comunicação** se analisa o cenário pré-eleitoral do Brasil na ótica da imprensa internacional, com destaque para a influência de Lula sobre os eleitores e a instabilidade política do país que oscila entre o progressismo e o conservadorismo. Também se enfoca a importante decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU, que requereu ao governo brasileiro respeito aos direitos políticos do candidato do PT e continua a repercutir na imprensa brasileira e nas redes sociais.

Finalmente, na seção de **Movimentos Sociais** se afirma que o resultado das mobilizações é um processo de acumulação de forças. São analisadas as campanhas salariais em curso e, ao que tudo indica, o povo aguarda pacientemente as eleições para manifestar a sua insatisfação sobre a conjuntura brasileira.



GOLPE CONTRA O ESTADO



Nesta seção são sistematizadas as propostas das principais candidaturas presidenciais em relação à reforma do Estado, às empresas estatais, ao investimento público, à política fiscal e à política social, questões chave para a retomada do desenvolvimento com inclusão da maioria.

As capacidades estatais nos programas dos presidenciais 2018

No último dia 15 de agosto, concluiu-se o prazo fixado pela justiça eleitoral para a inscrição das candidaturas presidenciais e para a apresentação dos programas de governo para o pleito de 2018.

Ao todo foram treze as chapas inscritas, com os seguintes postulantes: Álvaro Dias (Podemos), Cabo Daciolo (Patriotas), Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Meirelles (MDB), Jair Bolsonaro (PSL), João Amoedo (Novo), João Goulart Filho (PPL), José Maria Eymael (DC), Lula (PT), Marina Silva (Rede) e Vera Lúcia (PSTU).

A se levar em conta o conjunto das pesquisas de opinião e intenção de votos, o cenário de pulverização das candidaturas cria quatro grupos de candidatos: os progressistas competitivos eleitoralmente, Lula (ou eventualmente quem o PT indicar em caso de impugnação do ex-presidente) e

Ciro Gomes; os liberais competitivos eleitoralmente, Geraldo Alckmin, Jair Bolsonaro e Marina Silva; aqueles que, à esquerda e à direita, por terem dificuldade de mobilizar votos, devem permanecer como candidaturas cujo objetivo será restrito apenas ao debate ideológico: João Amoedo, Guilherme Boulos, Cabo Daciolo e Vera Lúcia; e, por fim, aqueles que, dispondo de ativos eleitorais, como legenda e tempo de tevê, mas também sem votos, devem permanecer como candidaturas cujo objetivo final é a negociação de apoio de legendas em um provável segundo turno: Álvaro Dias, Henrique Meirelles, João Goulart Filho e José Maria Eymael.

Nessa eleição, os temas relacionados à recuperação do Estado de bem-estar social e do Estado desenvolvimentista aparecem como condicionantes para o crescimento econômico, a reativação da geração de emprego e trabalho e a recuperação do salário e da renda, portanto, são fundamentais para

o debate eleitoral, se respeitadas as expectativas do eleitorado.

Desse modo, o papel do Estado e das capacidades estatais se mostram fundamentais para a volta do desenvolvimento econômico. Um Estado mais robusto e eficiente pode implementar medidas anticíclicas e de reativação da demanda efetiva por meio do investimento público e do gasto social.

Sendo assim, são apresentadas a seguir as principais propostas dos candidatos para cinco temas fundamentais para o desenvolvimento econômico do país: reforma do Estado, política fiscal, políticas sociais, empresas estatais e investimento público.

Vejamos algumas propostas dos cinco candidatos mais competitivos desse pleito: Lula e Ciro Gomes, no campo progressista, e Geraldo Alckmin, Jair Bolsonaro e Marina Silva, no campo liberal.

No que se refere à reforma do Estado, o programa Lula de governo propõe a recomposição do sistema produtivo estatal e do sistema de créditos públicos, a recriação dos ministérios de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Políticas para as Mulheres, além de uma reforma política e do Judiciário que melhore os canais de representação, participação e controle público sobre os três poderes. É, de longe, o programa que mais tem elaborações sobre esse tópico especificamente. O programa de Ciro Gomes, por sua vez, concentra esforços na formulação de um novo pacto federativo e defende a recriação da secretaria de mulheres.

O programa de Geraldo Alckmin concentra-se na proposta de enxugamento de dez ministérios, embora não liste quais são; Jair Bolsonaro é ainda mais liberal nesse tópico e anuncia o corte de quatorze ministérios, com destaque para a criação de um super Ministério da Economia, com a fusão de Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio Exterior. O programa de Marina não trata desse tema.

O capítulo de política fiscal tem sido um dos mais debatidos nos programas de governo apresentados em 2018, em função da conjuntura de desorganização das contas públicas. No programa Lula ganham centralidade a revogação do teto dos gastos, a isenção de imposto de renda para quem ganha até cinco salários mínimos, a municipalização da

Cide, a taxa sobre bancos e spreads a fim de baratear o crédito, a reforma tributária progressiva e o mandato-duplo para que o Banco Central se ocupe da inflação e do emprego. Os mesmos pontos aparecem no programa de Ciro Gomes, com o acréscimo da proposta de que acabará com o déficit fiscal em até dois anos.

O programa de Geraldo Alckmin segue a linha do austericídio com a manutenção do teto dos gastos e do ajuste fiscal, aos quais se acrescenta a proposta de criação de um imposto único sobre valor agregado (IVA) e a redução de imposto de renda para empresas. Jair Bolsonaro propõe um calendário de ajuste ainda mais austero, sinalizando zerar o déficit público até o final de 2019, por meio de privatizações, concessões, venda de propriedades mobiliárias da União e devolução de recursos em instituições financeiras oficiais. Já Marina Silva, seguindo em linha análoga aos dos dois últimos, propõe ainda o aumento da tributação sobre heranças e a redução de impostos sobre medicamentos.

Nas políticas sociais, o programa Lula propõe a retomada do pacote bem-sucedido de políticas que, do Bolsa Família ao Minha Casa Minha Vida, passando por Prouni, Fies, Pronatec, Luz para Todos, Cisternas e agricultura familiar, melhoraram a vida da população brasileira quando dos governos petistas. Ciro Gomes, por seu turno, propõe uma remuneração mensal aos alunos da rede pública do ensino médio, um programa especial para o atendimento na primeira infância, além de um programa para o acompanhamento de jovens egressos do sistema prisional.

O programa de Alckmin trata apenas da incrementação do Bolsa Família, enquanto Bolsonaro apresenta um programa de planejamento familiar e controle de natalidade.

Nas proposições para as empresas estatais, enquanto Lula defende a interrupção das privatizações e o fortalecimento das estatais em geral, com destaque para Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ciro Gomes aponta para a recompra de ativos da Petrobras, da Eletrobras e da Embraer.

Marina Silva, por seu turno, aponta para a não pri-

vatização dos bancos públicos federais. Já Geraldo Alckmin e Jair Bolsonaro adotam a desestatização como regra geral.

Na política de investimentos, Lula e Ciro Gomes apostam na articulação entre investimento público e investimento privado, com centralidade no papel do sistema produtivo estatal e do sistema público de créditos. Ao passo que Geraldo Alckmin, Jair Bolsonaro e Marina Silva apostam na priorização do

investimento privado, acompanhado da defesa do tradicional tripé macroeconômico e do aprofundamento da austeridade fiscal como forma de o país voltar a acessar o *investment grade*.

A conjugação dessas diretrizes que dizem respeito às capacidades estatais compõe parte fundamental dos esforços para a reativação do crescimento e do desenvolvimento econômico do país, por isso merecem atenção redobrada nas eleições.

INTERNACIONAL



Esta seção trata dos ataques especulativos que voltaram a ocorrer na Turquia dezessete anos depois, com reflexos na economia do Brasil e de outros países em desenvolvimento. Analisa também o Programa de Recuperação Econômica, Crescimento e Prosperidade proposto por Maduro na Venezuela, a perseguição política a Cristina Kirchner na Argentina e a condenação de dois homens ligados ao atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, por crimes relacionados à campanha eleitoral de 2016.

Ataques especulativos afetam Turquia

A Turquia e a Argentina passaram por momentos econômicos muito difíceis em 2001 e o Brasil em 2002 devido à desvalorização de suas moedas, provocada por ataques especulativos que tiveram desdobramentos políticos relevantes. No primeiro caso com a eleição do conservador Recep Tayep Erdogan e seu Partido da Justiça no ano seguinte. E, no segundo a queda do presidente Fernando de la Rúa, seguida por profunda crise política, que somente foi superada após vários mandatos presidenciais peronistas muito curtos e pela eleição de Nestor Kirchner em 2003. No Brasil, o custo da desvalorização do Real levou o já desgastado governo FHC a pedir um empréstimo de trinta bilhões de dólares para o FMI e a eleição no mesmo ano deu a vitória à oposição, representada pela candidatura presidencial de Lula.

Entretanto, ataques semelhantes voltaram a ocorrer agora, dezessete anos depois, nos mesmos paí-

ses, e provocaram rápida e profunda desvalorização da lira turca e do peso argentino, além de afetar o real brasileiro e também ameaçar as moedas de outros países em desenvolvimento.

Embora os distúrbios financeiros normalmente sejam justificados pela imprensa como “preocupações do mercado” diante de possíveis mudanças políticas ou para forçar a aprovação de reformas que não ocorreram da maneira esperada, os ataques se realizam com maior probabilidade quando há uma conjunção de fatores que os favoreçam, como o aumento da taxa de juros em países desenvolvidos que oferece maior segurança de ganhos aos especuladores, bem como o câmbio flutuante, a redução das reservas externas e a proximidade do vencimento de títulos públicos que requerem novos investimentos nos países atacados.

Os ataques se baseiam na “lei da oferta e da procura” e, quando os especuladores deixam de oferecer a moeda forte como o dólar estadunidense,

ele se torna mais caro para um governo adquiri-lo. Assim, a moeda local se desvaloriza, aumentando o valor das dívidas, públicas e privadas e dos produtos referenciados em moeda externa, podendo inclusive acelerar o aumento das taxas de inflação que usualmente são enfrentadas por meio da ampliação das taxas de juros que, por sua vez, adiciona mais um elemento à crise.

Neste momento, o real brasileiro é uma das moedas que mais se desvalorizaram desde janeiro de 2018, 15,2%, um pouco menos do que a lira turca (15,6%) e o peso argentino (24,4%). A desculpa midiática é a incerteza sobre a continuidade das reformas neoliberais de Temer e se haverá ajuste fiscal no próximo governo. Porém, a realidade é que quem trocou reais por dólares a 3,50 reais agora pode vendê-los a 4,03. Ou seja, faturando uma diferença de 53 centavos por dólar. E, quando se trata de especulação, isso envolve milhões. Para cada um milhão de dólares comprados em janeiro por 3,5 milhões de reais, estes podem ser vendidos agora por 4,03 milhões, com um ganho de 530 mil sem nenhum esforço maior. Quem paga esse lucro? O Estado e seus contribuintes, sejam brasileiros, turcos ou argentinos. Ou seja, os ataques especulativos não têm nada a ver com expectativas eleitorais e sim com o ganho fácil. No nosso caso, o risco só não é maior graças às reservas cambiais de 380 bilhões de dólares acumulados nos governos Lula e Dilma.

O novo plano econômico da Venezuela

Segundo o FMI, a taxa de inflação na Venezuela se aproximava de 1.000.000% neste ano de 2018. Seja quanto fosse, a realidade é que estava alta e fora de controle por uma série de razões, entre elas a dependência do país em relação às exportações de petróleo, responsável por 95% das divisas, as sanções econômicas aplicadas pelos Estados Unidos, a especulação com a moeda atrelada a um câmbio fixo e a guerra econômica interna entre o governo e o setor privado do país que provocaram altas incontroladas de preços e desabastecimento.

Para responder a esta situação, o governo do presidente Nicolás Maduro acabou de propor o “Programa de Recuperação Econômica, Crescimento e Prosperidade” que, ao menos por enquanto, se

fundamenta em três premissas: recuperar o valor e a estabilidade da moeda venezuelana, estabilizar os preços e aumentar a renda da população.

Para tanto, foram implementadas as seguintes medidas:

- Criação de uma nova moeda chamada “Bolívar Soberano”, com corte de cinco zeros e ancorado numa “Criptomoeda” de referência, o “Petro”, por sua vez lastreada nas reservas de petróleo da Venezuela na base de sessenta dólares, equivalente a 3.600 B.S., um valor próximo ao de um barril de petróleo. O princípio desta moeda de referência se assemelha à Unidade de Referência de Valor (URV) utilizada na transição do “Cruzeiro Real” para o “Real”, em 1994, quando a URV equivalia a um dólar estadunidense.

- Liberação do câmbio e abertura de trezentas casas de câmbio como forma de reduzir a disparidade entre seu valor oficial e o mercado paralelo.

- Aumento do salário mínimo em 35 vezes, sendo que o Estado subsidiará as pequenas e médias empresas durante noventa dias para que cumpram este quesito, visando recuperar a renda da população.

- Alinhamento dos preços internos com o mercado internacional, inclusive da gasolina, a mais barata do mundo, sendo que as pessoas que possuem automóvel podem se cadastrar e obter o “Carnê da Pátria” para continuar a receber um subsídio do governo para adquirir o combustível. Desta forma, pretende-se coibir o contrabando de gasolina para os países vizinhos que gera um rombo anual de deztoito bilhões de dólares. E o subsídio visa evitar o trauma de 1989, quando o governo do presidente Carlos Andrés Perez, por orientação do FMI, extinguiu o subsídio aos combustíveis, o que provocou uma grande revolta popular conhecida como “Caracazo”, reprimida pelas forças armadas ao custo de centenas de mortos.

Os analistas neoliberais apostam no fracasso do programa mas este aparenta ser consistente, pelo menos no curto prazo. No entanto, a possibilidade de tornar a economia venezuelana mais sustentável no médio e longo prazos depende de o governo dispor-se a adotar medidas para diversificá-la e conseguir o apoio imediato da população para implementar a contento as novas medidas.

Cristina Kirchner: vítima de perseguição política

Na Argentina castigada pelo (des)governo de Mauricio Macri, chefe da coalizão política “Cambiamos”, o Poder Executivo e setores do Poder Judiciário estão fazendo tudo para desviar a atenção da população do desastre provocado pela aplicação do projeto neoliberal no país. A mais recente iniciativa utilizada é a perseguição política que está assediando a ex-presidenta e atual senadora por Buenos Aires, Cristina Kirchner.

O movimento de perseguição prossegue com uma investigação baseada nos chamados “cadernos K” e a detenção de vários ex-integrantes dos governos de Cristina e do seu ex-marido, Nestor Kirchner. Nestes papéis, que somam cópias de oito cadernos, um motorista ligado ao ministério de obras públicas durante estes governos teria relatado os supostos esquemas de corrupção que diz ter presenciado durante dez anos.

O rebuliço gerado por esta denúncia já está sendo chamado de “lava jato argentina” e as semelhanças com o que acontece no Brasil, em particular sua instrumentalização política, realmente são grandes. Em primeiro lugar, a tentativa de corroer o legado positivo dos governos Kirchner, com uma narrativa de corrupção de governos progressistas que muito fizeram pelo país e pela população.

Também se tenta instigar a população contra a ex-presidenta por meio da mídia, que apoia o modelo neoliberal proposto por Macri e do Judiciário que, no caso argentino, já tem seu próprio Moro, o juiz Bonadio, igualmente parcial e manipulador, ao mesmo tempo em que desvia o foco da sociedade do desastre que é o atual governo.

Além disso, os tais cadernos, usados como provas, têm origem duvidosa. Foram apresentados em cópias xerocadas, pois os originais teriam sido queimados, e foram entregues pela ex-esposa do motorista que supostamente os escreveu a um jornalista conservador que levou o material para o Poder Judiciário, a fim de proporcionar uma investigação “isenta”. O dito motorista possui baixo grau de instrução mas, apesar disso, sua escrita foi feita num espanhol impecável. Os cadernos possuem a data de 2016, mas os relatos teriam sido feitos ano a ano durante os governos de Cristina, princi-

palmente, que, no entanto, se iniciaram em 2007!

Cristina compareceu no dia 13 de agosto para depor sobre o caso no Tribunal de Buenos Aires. Em sua defesa, denunciou a perseguição política que está vivendo e entregou a Bonadio uma carta pedindo a nulidade do processo, o que o juiz não concedeu. Em 23 de agosto, após votação no Senado em que a própria Cristina votou a favor, foram realizadas buscas nos imóveis dela.

O país passa por um período turbulento, com uma crise econômica gravíssima que desembocou em inflação batendo os 30%, desvalorização brusca do peso argentino e um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para conseguir um empréstimo de trinta bilhões de dólares. Esses fatos abalaram a popularidade de Macri e de seu projeto e, além disso, descobriu-se recentemente um banco de dados que mostra mais de três mil falsas doações à campanha do Cambiamos em 2015.

Se juntarmos os fatos, não é difícil perceber as relações entre, de um lado, Macri perdendo apoio e, de outro, sua necessidade de desconstruir Cristina Kirchner, uma vez que a atual senadora já despontava como favorita para as eleições presidenciais de 2019. Qualquer semelhança com o Brasil não é mera coincidência.

Assessores de Trump são julgados e condenados

Dois homens ligados ao atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, foram julgados e condenados por crimes relacionados à campanha eleitoral de 2016, da qual o republicano saiu vitorioso contra a candidata dos Democratas, Hillary Clinton. O julgamento de Michael Cohen, seu ex-advogado, e do ex-chefe de campanha, Paul Manafort, ocorreu em 21 de agosto, que já pode ser considerado um dos piores dias para a estabilidade e popularidade do governo.

A trajetória de Trump na presidência tem sido marcada por suspeitas do envolvimento dele e de seus assessores com a Rússia. As acusações dizem que foram hackers russos, em conluio com membros da campanha de Trump, que acessaram e expuseram documentos do comitê dos Democratas. As investigações, que estão sendo encabeçadas pelo procu-

rador especial Robert Mueller, já indiciaram mais de trinta pessoas e três empresas e os casos de Cohen e Manafort estão indiretamente ligados a elas.

A principal condenação e a que pode impactar negativamente a imagem do republicano de imediato é a de Cohen. Ele admitiu que, a mando de um “candidato federal” em 2016, comprou o silêncio de duas mulheres que poderiam expor escândalo sexual envolvendo o nome de Trump.

Ainda, segundo a acusação, o dinheiro gasto teria sido reembolsado pela Organização Trump. Se for comprovado que o pagamento às mulheres foi feito em período de campanha, irá configurar um crime eleitoral. Cohen disse ainda que teria informações para entregar às autoridades sobre o que chamou de “uma conspiração para corromper a democracia americana pelos russos”.

Manafort foi acusado de dezoito crimes e condenado por oito destes, sendo a maioria de fraude fiscal. O que poderá ser aprofundado por Mueller para ligar o ex-chefe de campanha com um possível

envolvimento com os russos é o fato de que, entre as acusações, existe uma relacionada a sonegação de impostos por honorários recebidos como consultor de clientes da Ucrânia, e uma das pessoas para as quais Manafort prestou serviço foi Viktor Yanukovich, ex-presidente da Ucrânia e próximo a Vladimir Putin.

Ainda que o envolvimento de Trump nesses casos não esteja claro, muito menos comprovado, a condenação de homens tão próximos a ele pode afetar sua popularidade e a estabilidade do seu governo. Em novembro ocorrerão as eleições legislativas nos Estados Unidos e, atualmente, os republicanos são maioria nas casas do Legislativo, porém, segundo pesquisas, isso poderá mudar a favor dos democratas, embora dificilmente alcancem dois terços das cadeiras no Senado, necessários para aprovar um impeachment, apesar de os rumores sobre esta hipótese aumentarem. Já se compara o que está acontecendo hoje com o escândalo de Watergate que nos anos 1970 levou à renúncia de outro republicano, Richard Nixon.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção aborda o registro e os pedidos de impugnação da candidatura de Lula. Levanta os resultados de pesquisas logo após o registro e mostra o crescimento de Lula a despeito das restrições de liberdade e possibilidade de participar da campanha eleitoral. Apresenta também a composição dos palanques estaduais para a disputa à presidência e o quanto ele ainda pode beneficiar-se das alianças nos estados.

A liderança de Lula nas pesquisas eleitorais

O fato político mais marcante do mês de agosto foi o registro da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, no último dia 15 de agosto. Fernando Haddad foi registrado como candidato a vice-presidente, para falar em nome de Lula e representar sua candidatura, mas ficou acordado com o PCdoB que se a candidatura de Lula for impugnada, Fernando Haddad assume a cabeça da chapa e Manuela D'Ávila, que abriu mão de sua candidatura, assume a vice-presidência.

Na data, mais de cinquenta mil pessoas acompanharam o registro da candidatura em Brasília, em um ato político com a presença de Fernando Haddad e Manuela D'Ávila, entre outras lideranças do partido. No ato, Haddad leu uma carta enviada pelo ex-presidente, intitulada “Carta aos Brasileiros”, na qual Lula reafirma sua inocência, pede que a militância faça campanha em seu lugar, sendo cada um Lula pelo Brasil, lembrou os legados dos governos petistas e assegurou que ainda aposta no futuro e no que pode fazer pelo país.

No mesmo dia, a procuradora-geral da República,

Raquel Dodge, se manifestou pedindo que a candidatura de Lula seja negada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e registrou pedido de impugnação. Até o momento, já foram registrados dezessete pedidos de impugnação, que serão analisados pelo ministro Luís Roberto Barroso, escolhido pela presidenta do TSE, ministra Rosa Weber, como relator responsável por eles. O prazo final do TSE para analisar essa questão é 17 de setembro.

O Comitê de Direitos Humanos da ONU assinou a liminar favorável aos direitos políticos de Lula. As medidas são legalmente vinculantes, e, como o Brasil é signatário, impõem obrigação legal internacional para que o Brasil as cumpra. Até a resolução e há quarenta dias da eleição, Lula continua o centro das atenções e determina o comportamento eleitoral desse pleito. Os prognósticos eleitorais dependem do que vai acontecer com Lula e de como o TSE irá julgar sua candidatura. É bastante provável que a opção seja por romper com os tratados internacionais de Direitos Humanos para dar continuidade e consolidar o golpe.

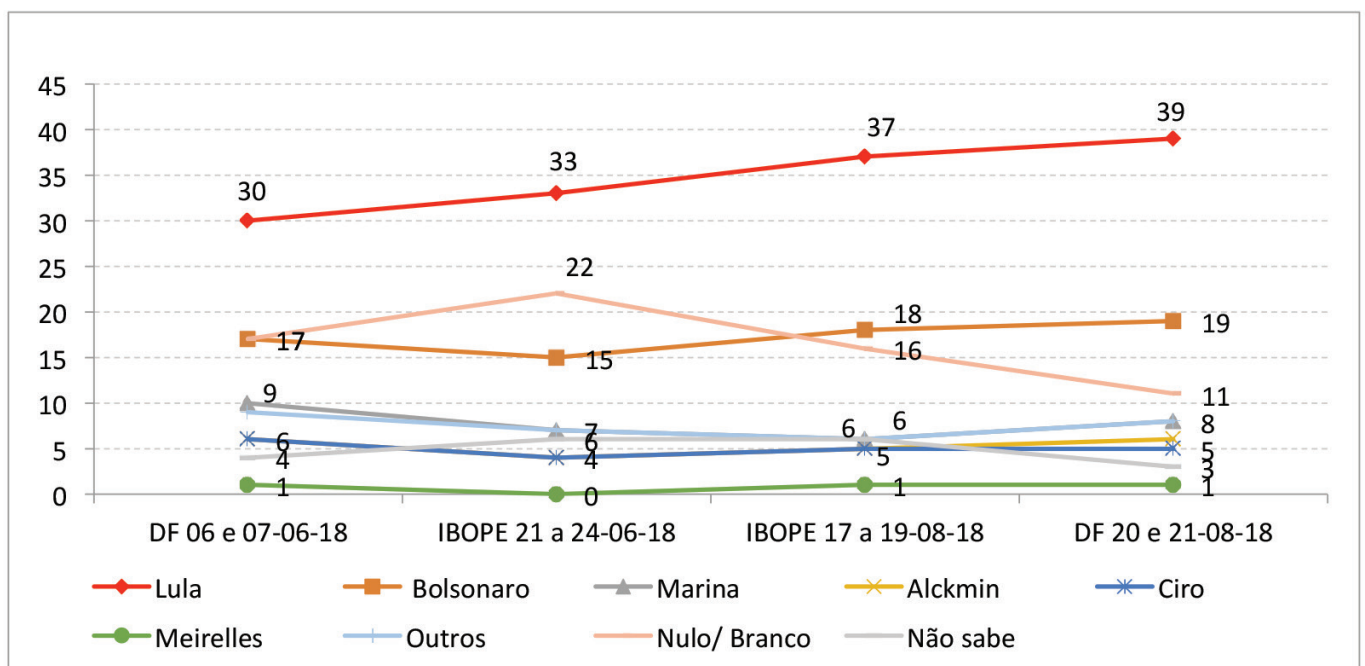
A despeito da prisão política de Lula e da perseguição que vem sofrendo, agora também com os pe-

dados de impugnação de sua candidatura, as últimas pesquisas apontam que Lula amplia a liderança e se distancia dos demais candidatos na corrida eleitoral, segundo as últimas pesquisas do Ibope e Datafolha. No Ibope, Lula tinha 33% das intenções de voto no final de junho, na última pesquisa registrou 37%. O Datafolha captou crescimento ainda maior, de 30% no mês de junho para atuais 39%.

Bolsonaro apresenta oscilação positiva, dentro da margem de erro. No Ibope passou de crescimento, de 15% para 18% e no Datafolha de 17% para 19%

das intenções de voto. Já Marina Silva se mantém na terceira posição, mas oscila negativamente dentro da margem de erro, de 7% para 6% no Ibope e de 10% para 8% no Datafolha.

Alckmin e Ciro se mantêm tecnicamente empatados, ambos com 5%, registrando tendência de crescimento de um ponto percentual, segundo o Ibope. Alckmin mantém os 6% obtidos no Datafolha e Ciro perde um ponto neste instituto, ficando com 5%, um ponto abaixo de Alckmin e do obtido na rodada anterior.



Contrariando as regras do TSE, segundo as quais apenas o candidato deve estar nas pesquisas, Ibope e Datafolha forjam um cenário sem Lula e, nesse caso, o número de votos brancos e nulos chega a 22%, segundo o Datafolha, e 29%, segundo o Ibope, enquanto em cenários com Lula esse índice é de 11% e 16%, respectivamente. Comparativamente às eleições anteriores, essa seria a maior votação inválida da história.

Nas últimas eleições presidenciais a soma dos votos em branco ou nulos no primeiro turno chegou a 10,4% em 2002, 8,4% em 2006, 8,6% em 2010 e 9,6, em 2014. A abstenção tem crescido a cada eleição. Em 2002, o índice dos que não compareceram às urnas correspondia a 17,74%, em 2006 esteve em 16,75%, em 2010 subiu para 18,12% e em 2014 chegou a 19,39%. A considerar a descrença nas ins-

tituições políticas e falta de legitimidade das futuras eleições, sobretudo se Lula for impossibilitado de disputar, o índice de abstenção tende a aumentar.

O eleitorado de Lula é mais concentrado no Nordeste, entre os de renda e escolaridade mais baixa e na juventude. A candidatura de Haddad ainda não desponta com maior ênfase em nenhum segmento, assim como a de Ciro e Alckmin. Marina sobressai entre as mulheres, entre os mais jovens, os de escolaridade média, enquanto Jair Bolsonaro tem maior percentual de eleitores no Centro-oeste, entre os que têm a maior renda familiar e escolaridade e o pior desempenho entre as mulheres.

Com Lula fora da disputa, Bolsonaro lidera, porém com pequena diferença do cenário com Lula, subindo de 17% para 20% na pesquisa Ibope e de 19% para 22%, no Datafolha, sempre dentro da

margem de erro. Alckmin esboça leve reação, tinha 7% das intenções de voto em junho e hoje tem 9%, segundo o Datafolha. E, no Ibope, passou de 6% para 7%. Ciro também se mantém estável, com 10% das intenções de voto sem Lula na disputa, segundo o Datafolha, e oscila de 8% para 9% no Ibope.

Marina é quem mais herda os votos de Lula, mas seu percentual praticamente não variou nesse cenário nos últimos meses. Tinha 13% no Ibope de junho e tem 12% agora. E, no Datafolha, tinha 15% e agora chega a 16%.

Após o registro de candidaturas, Fernando Haddad, que tinha 1% e 2% no Datafolha e Ibope, respectivamente, em junho, ampliou para 4% de intenções de voto. A migração de votos do ex-presidente para Fernando Haddad ainda não foi captada e sua ausência nos primeiros debates pode dificultar a percepção da estratégia petista. No entanto, seu potencial de crescimento é alto, visto que 51% do eleitorado ainda não o conhecem e sua rejeição é de 21%.

Jair Bolsonaro lidera o ranking de rejeição, com 39%, no Datafolha e 37% no Ibope, enquanto Lula aparece com 34% de rejeição no Datafolha e 30% no Ibope. Também nesse quesito os três outros candidatos se mantêm tecnicamente empatados, com Alckmin em 26% de rejeição, Marina Silva em 25% e Ciro Gomes em 23%, segundo o Datafolha, e 25%, 23% e 21%, no Ibope, respectivamente.

Ainda é difícil afirmar a capacidade de transferência de votos de Lula a Haddad. Na última pesquisa Datafolha, 17% do eleitorado indicam que caso o ex-presidente Lula não possa concorrer à eleição apoiariam Fernando Haddad, 10% acreditam que seu apoio irá para Marina e 6% para Ciro, mas 51% do eleitorado não sabem quem o ex-presidente irá apoiar.

O eleitorado se divide entre 49% que votariam em um candidato apoiado por Lula (31% com certeza, 18% talvez) e 48% que não votariam. Na pior das hipóteses, se Lula conseguir transferir apenas os 31% de seus votos a Haddad, a participação do candidato do PT no segundo turno já estaria assegurada.

No campo da centro-esquerda podemos considerar que entre Lula ou Haddad, Ciro e Marina, o candidato do PT é o que apresenta maiores chances de ir para o segundo turno. Primeiro pela estrutura

político e partidária, que garante maior orçamento à campanha e um leque de alianças mais amplo e variado ao partido, como apresentado na segunda parte dessa seção.

Segundo, porque seus concorrentes nesse campo, de um lado agregaram à chapa vices que mais atrapalham do que ajudam a convencer o eleitorado de que se trata de uma candidatura de centro-esquerda (caso de Ciro com Katia Abreu como vice), assim como a tentativa de vincular-se a partidos do centro que acabaram por se filiar a uma candidatura mais à direita. Por outro lado, o pouco tempo de tevê de candidatos como de Marina Silva e Guilherme Boulos também os tornam pouco competitivos.

Na centro-direita, o imbróglio parece maior. Bolsonaro apresenta chances de ir ao segundo turno, porém o pouco tempo de tevê de que dispõe pode comprometer seu desempenho, além de um provável teto baixo para posturas mais extremistas. Alckmin conseguiu um leque de alianças que lhe garante um amplo tempo de tevê. Sua vice, Ana Amélia, deve atrair o eleitorado mais conservador e do Sul, que Alckmin disputa com Bolsonaro e Álvaro Dias. Sua imagem, no entanto, não traz empatia com o eleitor e sua posição em relação ao governo Temer é dúbia, vinculando-se ora ao apoio ao golpe e às políticas de retrocesso do governo golpista, ora se colocando como oposição, em um discurso fraco, que não convence o eleitor.

Henrique Meirelles, o candidato do governo, tenta a mesma fórmula de Alckmin, não defende o governo e tenta vincular sua imagem a Lula referindo-se a sua gestão no Banco Central. Outros candidatos de menor fôlego, como Álvaro Dias e João Amoedo, também mais atrapalham do que ajudam ao campo da direita, retirando votos de Alckmin e Bolsonaro.

A pesquisa mais recente do Datafolha traz Lula liderando em todos os cenários para o segundo turno. Com larga diferença de mais de vinte pontos sobre todos os adversários. Contra Jair Bolsonaro, Lula venceria com 52% contra 32%. Venceria Marina com 51% contra 29% e Alckmin com a vantagem de 53% a 29%.

Na hipótese de Lula não disputar o segundo turno, o cenário fica bem embaralhado. Jair Bolsonaro perderia para qualquer outro candidato: para Ma-

rina por 45% a 34%, para Alckmin por 38% a 33% e para Ciro, por 38% a 35%. Em eventual disputa de segundo turno entre Alckmin e Ciro, a vantagem seria para Alckmin, com 37% a 31%. Já contra Marina Silva, Alckmin teria 33% com vitória de Marina, com 41%.

O Datafolha apurou que o PT tem hoje 24% da preferência partidária. Em segundo lugar, estão empatados o MDB e PSDB, com 4%. O Ibope apurou um índice ainda mais positivo para o PT, de 29% de preferência partidária, e apenas o PSDB sobressai em segundo lugar, com 5%. Ao que tudo indica, o ápice do antipetismo parece ter chegado ao fim. Com essa marca, o PT recupera índices de maio de 2014 (23%, pelo Datafolha), quando a crise do antipetismo ainda não tinha se instalado.

Alianças estaduais e a disputa presidencial

Após os registros das candidaturas para as eleições gerais deste ano, podemos analisar os palanques que os candidatos a presidente terão à sua disposição para fazer campanha nos estados e a força deles frente a suas coligações presidenciais. Trataremos aqui das candidaturas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), e do deputado Jair Bolsonaro (PSL), além de levantar as coligações nos estados nas candidaturas a governador.

As coligações estaduais demonstram que o apoio do Centrão a Alckmin não parece tão sólido. Nacionalmente, o PSDB do ex-governador está coligado com o PP, PR, PTB, DEM, Solidariedade, PPS, PRB e PSD. No Nordeste fica evidente que é mais vantajoso ao Centrão, mesmo coligado a Alckmin, estar presente em palanques lulistas ou petistas e não junto a tucanos ou seus apoiadores da região: Alagoas (Sd, PPS, PR, PTB, PSD), Bahia (PP, PSD, PR), Ceará (PP, PR, PTB, DEM, PPS), Maranhão (PRB, PPS, DEM, PR, PP, PTB, SD), Paraíba (DEM, PTB, PRB, PPS), Pernambuco (PP, PR, PSD, SD), Piauí (PP, PR, PSD, PTB) e Sergipe (PSD, PP).

No Acre, em Minas Gerais e em Tocantins, pelo menos um dos partidos divide coligação estadual com o PT. Isso não diminui o peso da coligação de Alck-

min, que garante tempo de tevê, fundamental para o tucano tentar retomar o eleitorado que hoje está com Jair Bolsonaro. No entanto, podemos afirmar que o apoio não é sólido e que estadualmente esses partidos podem fornecer apoio a outros candidatos que não Alckmin.

Jair Bolsonaro, que conseguiu aglutinar até então a fração de direita do eleitorado, também terá desafios do ponto de vista estadual. Além do pouco tempo de tevê (oito segundos) e baixo orçamento (o PSL e o PRTB possuem treze milhões no total para financiar todas as suas campanhas), o partido está coligado com um ou nenhum partido em campanhas para governador nos seguintes estados: Bahia, Maranhão e São Paulo (coligado com PRTB), Piauí (coligado com o PROS), Ceará, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins (sem coligação).

Com um partido pequeno e fraco, o isolamento pode implicar na quase inexistência de palanques, embora o candidato aposte na claque arregimentada via redes sociais. O PSL não possui candidato nem dá apoio a qualquer nome nos seguintes estados: Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Já em relação ao PT, podemos notar a reprodução da aliança nacional entre o partido e o PCdoB na maior parte dos estados: só não estão juntos no Amapá, no Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. Em alguns desses estados o partido não tem coligação, e lançou chapa pura. Onde governa, possui grandes coligações, e no Nordeste terá palanques inclusive de governadores de outros partidos, como em Alagoas, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Sergipe.

As regiões nas quais o partido está mais isolado são a Centro-Oeste e a Sul: à exceção do Mato Grosso, onde está presente em uma grande coligação. Nos outros estados dessas regiões ou está sozinho ou com o PCdoB. No Sudeste, está sozinho no Espírito Santo, com o PCdoB em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, onde também está coligado com PSB, DC e PR. No Norte possui alianças mais amplas.



Esta seção aborda os últimos dados sobre o mercado de trabalho, que dão um panorama da precarização e da crise que atinge os trabalhadores brasileiros após oito meses de vigência da Reforma Trabalhista, aprovada com a pretensa justificativa de que geraria mais emprego formal. Em um segundo momento, analisa algumas propostas do Plano Lula de Governo para a área social.

A tragédia do mercado de trabalho sob Temer

Os dados oficiais do governo comprovam: para os trabalhadores brasileiros a crise não terminou. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) que o número de trabalhadores com carteira assinada nunca esteve em patamares tão baixos desde 2012, a taxa de desocupação continua muito alta e o desemprego continua atingindo treze milhões de brasileiros e suas famílias.

Todos esses dados exemplificam que a Reforma Trabalhista não foi capaz de criar empregos de qualidade e, ao contrário, cresce o contingente de trabalhadores que se desiludem e para de buscar emprego. A criação de empregos formais, promessa da Reforma Trabalhista, também não tem ocorrido de forma satisfatória, dado o nível mais baixo da série histórica do emprego com carteira assinada no Brasil.

A taxa de desocupação medida pela PNADC foi de 12,4% no trimestre de abril a junho de 2018, menor que a mesma taxa no trimestre anterior (de janeiro a março de 2018, quando foi de 13,1%) e também

menor que no mesmo trimestre de 2017, em que foi de 13%. É importante dizer que desde meados de 2016 a taxa de desocupação medida pela PNADC alcançou o patamar de 12% e desde então não caiu abaixo deste valor.

Mas a ligeira queda da taxa de desocupação sentida nos últimos meses, medida pela quantidade de pessoas que buscam ativamente trabalho em relação ao total da força de trabalho, esconde o fato de que, em um ano, 1,2 milhão de pessoas deixou a força de trabalho. Essas deixam de contar como desocupadas pelas medições internacionais, mas mesmo assim a população desocupada no Brasil alcança treze milhões.

Já o crescimento da ocupação tem sido marcado pela precariedade: os empregos com carteira de trabalho assinada caíram em relação ao mesmo trimestre de 2017 (chegando ao menor número da série histórica, medida desde 2012, de 32,8 milhões de trabalhadores com carteira) e os empregos sem carteira assinada cresceram em relação ao trimestre anterior e em relação ao mesmo trimes-

tre do ano anterior. Já os trabalhadores por conta própria cresceram em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Ainda utilizando as medições do IBGE, a taxa de subutilização da força de trabalho - que agrega os trabalhadores desocupados, os subocupados por insuficiência de horas (trabalham menos de quarenta horas semanais e gostariam de trabalhar mais) e a força de trabalho potencial - foi de 24,6% no segundo trimestre de 2018 ou 27,6 milhões de pessoas na subutilização; 1,3 milhão de pessoas a mais nessa estatística desde o segundo trimestre de 2017. Lembramos que a Reforma Trabalhista está vigente desde novembro de 2017 e não tem conseguido reduzir esses índices como havia sido alardeado por seus defensores e está agravando a situação de precariedade do mercado de trabalho.

O número de desalentados (aqueles que desistiram de procurar emprego) chegou a 4,8 milhões no segundo trimestre de 2018, o maior número da série histórica. Para chegar o número de subutilizados, somam-se esses 4,8 milhões aos 3,3 milhões que podem trabalhar mas não têm disponibilidade (formando a força de trabalho potencial), acrescido dos treze milhões de desocupados e os 6,5 milhões que trabalham uma quantidade de horas insuficiente. Chega-se ao número então de 27,6 milhões de pessoas (e suas famílias) em situação precária. Ao mesmo tempo, o contingente de trabalhadores com carteira assinada chegou, nesse mesmo segundo trimestre de 2018, ao ponto mais baixo da série histórica, com 32,8 milhões.

Há um ligeiro descolamento, no entanto, entre os dados da PNADC e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) no período recente, que pode ter a ver com o fato de que a primeira pesquisa é baseada em entrevistas domiciliares e a segunda se refere a registros que as empresas precisam fornecer ao Ministério do Trabalho sobre suas contratações e demissões. Enquanto a PNADC tem mostrado uma redução do emprego com carteira, o Caged tem mostrado ligeiro crescimento desde meados de 2017.

Parte dessa discrepância pode ter a ver com o fato de que novas formas de contratação permitidas pela Reforma Trabalhista, como o trabalho intermitente,

passaram a ser consideradas como informais pelos próprios trabalhadores ou até mesmo podem ser consideradas como vínculos não ativos, se o trabalhador não for chamado para trabalhar por um longo período ou trabalhar somente algumas horas.

Feita essa ponderação, as vagas formais segundo o Caged tiveram saldo positivo de 47 mil em julho (decorrente de 1.219.187 admissões e de 1.171.868 desligamentos), mas os salários dos trabalhadores contratados é em média 9% menor que o salário dos demitidos e parte dos novos contratos gerados é tempo parcial ou intermitente, consideradas formas mais precarizadas mesmo dentro do trabalho formal. Em julho de 2018, foram 4.951 admissões e 1.552 desligamentos com contrato intermitente e 4.643 admissões e 3.830 desligamentos com trabalho parcial.

Mesmo assim, o estoque de empregos formais pelo Caged ainda é muito inferior ao estoque de empregos de 2014, antes da adoção da austeridade fiscal e antes da crise.

Plano Lula de Governo e a área social

O Plano Lula de Governo, da coligação PT, PCdoB e Pros, é um dos mais ousados planos de governo para o Executivo Federal já produzidos.

Questão fundamental tratada pelo plano e que busca responder ao quadro do mercado de trabalho exposto na seção anterior é a proposta de um “Plano emergencial de emprego, recuperação da renda e do crédito”, visando elevar a renda, ampliar o crédito e gerar novas oportunidades de trabalho. Destacam-se as seguintes ações:

- retomar as obras inacabadas em todo o país, selecionadas por importância estratégica regional, bem como as pequenas iniciativas no plano municipal.
- Retomar os investimentos da Petrobras.
- Retomar o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).
- Reforçar os investimentos no programa Bolsa Família, incluindo aqueles que voltaram à pobreza com o golpe.
- Criar linhas de crédito com juros e prazo acessí-

veis, que busquem atender as famílias que hoje se encontram no cadastro negativo.

- Implantar o programa nacional de apoio às atividades da economia social e solidária.

Tais políticas, segundo o Plano, teriam a capacidade de retirar o país da crise, sendo contrárias às políticas de austeridade fiscal adotadas até agora.

Para a juventude, que recebe enfoque especial, também é proposto um Plano Emergencial de Empregos e investimento na inclusão qualificada no mercado de trabalho por meio da implementação da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a juventude, além de ampliar matrículas no ensino médio, superior e técnico.

No campo dos Direitos Humanos, destacam-se medidas para “inaugurar um novo período histórico de afirmação de direitos”. Propõe-se no documento resgatar e atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), criar um Sistema Nacional de Direitos Humanos, e recriar, com status de ministério, as pastas de Direitos Humanos, Políticas para as Mulheres e para Promoção da Igualdade Racial. Advoga-se que raça e gênero devam ser categorias fundamentais para a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas.

Ainda nesse tópico, defende-se a “promoção da igualdade racial e a garantia de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos povos indígenas e negros, secularmente negligenciados na sociedade brasileira” e um Plano Nacional de Redução da Mortalidade da Juventude Negra e Periférica, com mudanças no paradigma da “guerra às drogas”.

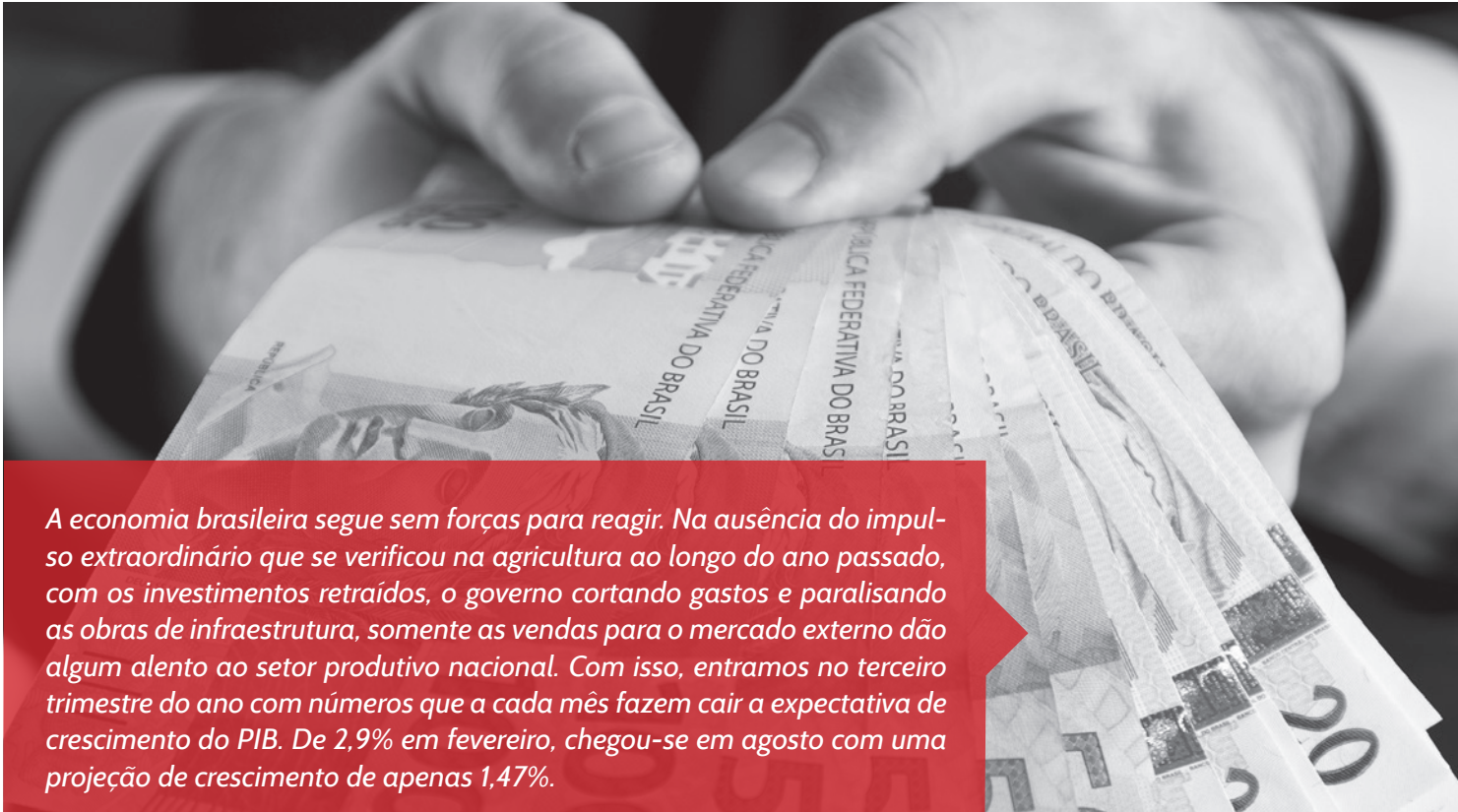
Ainda sobre essa temática, destaca-se a defesa do direito à vida, ao emprego e à cidadania LGBTI+, com prioridade para as pessoas em situação de pobreza, mesclando uma análise de classe à perspectiva identitária. Lê-se no Plano de Governo Lula que “serão realizados todos os esforços para que o Brasil supere a violência contra a população LGBTI+ e para que possa contar com uma lei que responsabilize os crimes de ódio, entre os quais os praticados contra as pessoas LGBTI+ – criminalização da LGBTIfobia”.

Por fim, o programa se opõe abertamente ao chamado “Escola Sem Partido”, ao propor a “Escola com Ciência e Cultura” para transformar as unidades educacionais em espaços de paz, reflexão, investigação científica e criação cultural.

O documento defende o fortalecimento de ações de educação para as relações étnico-raciais e as políticas afirmativas e de valorização da diversidade e a massificação de políticas de educação e cultura em Direitos Humanos, “a partir de uma perspectiva não-sexista, não-racista e não-LGBTIfóbica”.

Além disso, ainda na parte sobre educação, o documento propõe revogar a reforma do ensino médio implantada pelo governo Temer.

ECONOMIA



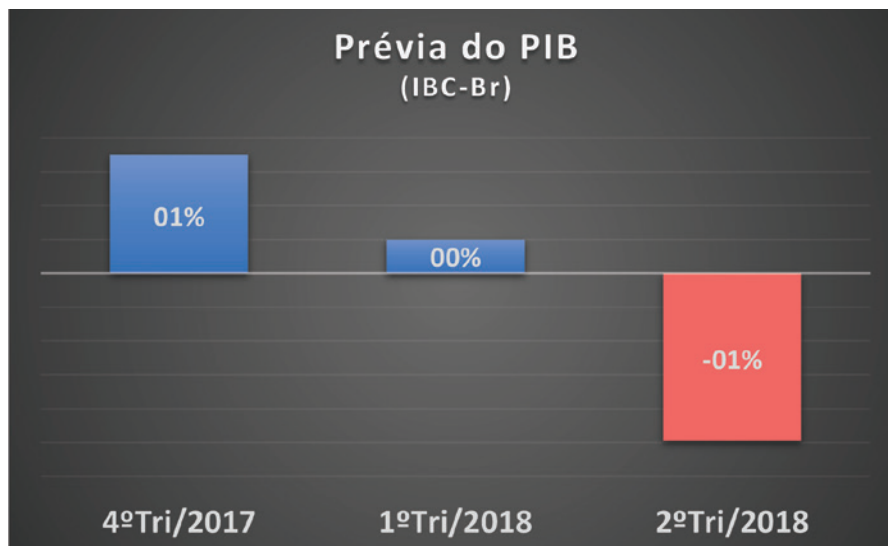
A economia brasileira segue sem forças para reagir. Na ausência do impulso extraordinário que se verificou na agricultura ao longo do ano passado, com os investimentos retraídos, o governo cortando gastos e paralisando as obras de infraestrutura, somente as vendas para o mercado externo dão algum alento ao setor produtivo nacional. Com isso, entramos no terceiro trimestre do ano com números que a cada mês fazem cair a expectativa de crescimento do PIB. De 2,9% em fevereiro, chegou-se em agosto com uma projeção de crescimento de apenas 1,47%.

Nível de Atividade

A recente divulgação do IBC-Br (indicador antecedente do PIB calculado pelo Banco Central) revelou que no segundo trimestre de 2018 a economia brasileira deve ter sofrido uma contração de 1%. Conforme se verifica no gráfico, depois de ter avançado 0,7% no último trimestre de 2017 e ter crescido levemente no primeiro trimestre de 2018,

a queda do trimestre encerrado em junho deixou evidente que a economia brasileira não engatou um ciclo de recuperação que se anunciava e que permanece em ritmo de semi-estagnação.

Assim, a se considerar o que revelam os números do IBC-Br e também de outros indicadores do nível de atividade, muito provavelmente terminaremos o ano com um crescimento apenas um pouco superior a 1%.



Fonte: Banco Central

Entre os indicadores setoriais mensais produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no último mês de junho houve certa disparidade entre os números dos diferentes setores pesquisados.

Por um lado, o setor de serviços avançou com alguma intensidade, crescendo 6,6% na comparação com o mês imediatamente (no cálculo com ajuste sazonal). Como era esperado, esse setor, fortemente afetado pela paralisação dos serviços de transportes no final de maio, recuperou o que havia perdido e por isso se destacou frente aos demais - cabe considerar, contudo, que em termos anuais o setor segue com um desempenho muito ruim, seja no acumulado desde o início do ano (-0,9%) seja no acumulado nos últimos doze meses (-1,2%).

Também no setor industrial o mês de junho foi de recuperação em relação ao tombo do mês imediatamente anterior (-11%). De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) do IBGE, o setor cresceu 13,1% no comparativo mensal, acumulando um crescimento de 2,3% no ano e de 3,2% nos últimos doze meses. Cabe salientar, entretanto, que o resultado do mês de junho, fortemente relacionado à queda observada em maio, foi apenas 3,5% maior do que a produção industrial registrada em junho de 2017.

Na análise dos segmentos da atividade industrial, o destaque em junho foi a *Indústria de Transformação*, que cresceu 14,4% em relação ao mês imediatamente anterior, puxada especialmente pela retomada da fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (+47,1%) - que, no acumulado dos últimos doze meses, registra um aumento de 20,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior -, da fabricação de móveis (+28,5%) e de bebidas (+33,6%).

Por outro lado, o comércio varejista, que já havia retraído em maio (-1,2%), voltou a apresentar resultados negativos na passagem para o mês de junho (-0,3%) em linha com a queda no Índice de Confiança do consumidor que em junho registrou a quarta queda consecutiva (-5,5%), avançou ligeiramente em julho (+2,1%) e voltou a cair em agosto (-0,4%). Como desde meados de 2017 o consumo vinha sendo o principal propulsor do crescimento econômico, seu enfraquecimento observado nos últimos meses é um indicador de

que, a despeito de fôlego pontual na indústria e nos serviços, a economia em seu conjunto não deverá retomar a trajetória de recuperação antes do início do próximo ano.

Inflação e política monetária

Após as turbulências provocadas pela crise dos combustíveis, o comportamento dos preços parece ter voltado à normalidade, com o IPCA-15 registrando uma elevação de apenas 0,13% em agosto. Com isso, a inflação acumulada nos últimos doze meses chegou a 4,30%, o que levou o mercado a projetar uma inflação anual em 2018 de 4,16% (IPCA).

Já a inflação medida pelo IGP-M, que serve de baliza para os reajustes de contratos como os aluguéis e as mensalidades escolares tem crescido um tanto acima da inflação apurada pelo IPCA. Por conta da maior sensibilidade em relação ao preço de matérias-primas importadas - que ficaram mais caras em decorrência da desvalorização do real - o IGP-M acumula uma alta de 8,24% nos doze meses encerrados em julho e, segundo os informantes do *Relatório Focus* do Banco Central, deve fechar 2018 no patamar de 7,89%.

Contudo, apesar do repique inflacionário registrado no segundo trimestre do ano, a inflação brasileira continua bastante comportada e em patamar ainda inferior ao centro da meta (IPCA = 4,5% a.a.), apesar da forte elevação dos preços administrados (que devem fechar 2018 com um aumento de 7,20%) e da desvalorização do real, que já chega a quase 20% desde o início do ano.

Diante desse cenário de evidente falta de dinamismo e elevado desemprego, a diretoria do Banco Central, bem como suas vozes no mercado, segue indicando que manterá a taxa básica de juros em 6,50% e que um ciclo de aumento deverá ocorrer somente em 2019. Com isso, considerando a expectativa de crescimento da inflação oficial e a perspectiva de manutenção da Selic, a taxa de juros real ex-ante (isto é, taxa de juros reais descontada a inflação projetada para os próximos doze meses) está hoje em 3,54% a.a., o que representa a sexta mais elevada do mundo e ainda mais do que o dobro do nosso piso histórico de 1,20% registrado em abril de 2013.

Comércio Exterior

Por conta das turbulências internacionais promovidas pela administração Trump – notadamente a elevação da taxa de juros dos *treasury bonds* (títulos da dívida pública dos Estados Unidos) e as barreiras tarifárias erguidas contra produtos estrangeiros, em especial chineses – têm-se verificado impactos relevantes sobre a nosso comércio exterior.

Por um lado, a guerra comercial detonada por Trump deverá se traduzir em menor dinamismo do comércio internacional, o que deve reforçar a tendência que já vinha sendo observada de reversão do “miniboom” de commodities iniciado em meados de 2016. Com isso, é de se esperar uma queda gradual dos preços internacionais dos principais produtos básicos de nossa pauta exportadora, reduzindo levemente o volume das nossas exportações desse tipo de produto.

Por outro lado, a desvalorização do Real que decorre tanto da elevação dos juros nos Estados Unidos quanto dos equívocos do nosso Banco Central e que já chega a quase 20% no ano tem repercutido de forma positiva sobre as exportações de bens manufaturados de baixa intensidade tecnológica (fabricantes de alimentos e bebidas, papel e celulose, roupas, calçados, entre outros).

Desta forma, embora se tenha registrado um preocupante déficit comercial de produtos manufaturados de alta intensidade tecnológica (-9,7 bilhões de dólares entre janeiro e junho), a desvalorização da moeda brasileira parece promover uma relativa melhora da competitividade externa de nossa produção industrial.

No cômputo geral, considerando todos os setores

de economia, espera-se que 2018 se encerre com um saldo comercial de 56 bilhões de dólares (aproximadamente dez bilhões a menos que 2017), consequência de exportações totais estimadas em 224 bilhões de dólares (alta de 3% sobre 2017) e de importações estimadas em 168 bilhões (alta de 11,5%).

Contas Públicas

O déficit nominal do setor público registrado no último mês de junho alcançou a cifra de 57,9 bilhões de reais, dos quais 44,4 bilhões de reais correspondem ao pagamento líquido de juros da dívida pública e 13,5 bilhões de reais constituem déficit primário (isto é, saldo entre as receitas fiscais e as despesas não-financeiras do governo. Em termos percentuais do PIB em doze meses, os juros e o déficit primário foram respectivamente de 5,9% e 1,3%, totalizando um déficit nominal de 7,2%.

Com esse resultado de junho, a dívida líquida do setor público chegou a 3,44 trilhões de reais, o que representa 51,4% do PIB, enquanto a dívida bruta do setor público alcançou 5,7 trilhões de reais ou 77,2% do PIB. Embora sejam esses números indesejáveis, é preciso destacar que, ao contrário do que costumam alardear a mídia conservadora e os analistas do mercado financeiro, o endividamento do setor governamental brasileiro – seja no conceito líquido ou bruto – não representa maior ameaça à solvência da dívida pública brasileira e, portanto, não justifica o clamor pelo aprofundamento da contraproducente política de austeridade fiscal que vem sendo perseguida desde 2015, muito menos impõe uma reforma previdenciária ou a manutenção do teto de gastos.

TERRITORIAL



Os agrotóxicos estão cada vez mais presentes na mesa do brasileiro. Enquanto a região Sul utiliza mais que o dobro destes em relação às demais regiões, os estados da Amazônia aumentam exponencialmente seu uso. Complementarmente, a adubação química ainda é muito presente na preparação do solo e cresceu demasiadamente na Amazônia Legal, apesar de a adubação orgânica mostrar cada vez mais suas vantagens e acessibilidade.

EVOLUÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS E ADUBAÇÃO QUÍMICA

Já são bem conhecidos os danos dos agrotóxicos aos produtores rurais, que com eles lidam diretamente, aos consumidores, por meio dos resíduos nocivos que permanecem nos alimentos, e à natureza, com os consequentes danos aos ecossistemas.

Na Europa e nos Estados Unidos, apesar da grande força das multinacionais do setor, há um controle mais rígido sobre o quanto e quais agrotóxicos se pode usar. Já o Brasil passou a ser conhecido como o “paraíso dos agrotóxicos” quando se tornou o maior consumidor mundial, de acordo com os Indicadores Ambientais Nacionais do Ministério do Meio Ambiente. Aqui, é permitida a utilização de substâncias proibidas em muitos outros países. Ações como a recente aprovação da “PEC do veneno” pela Câmara Federal apenas consolidam este triste caminho que estamos trilhando. Mundo afora existem diversos exemplos que poderiam ser seguidos para uma agricultura produtiva, porém, mais saudável.

O aumento do uso dos agrotóxicos de 2006 a 2017

A comparação dos dois últimos Censos Agropecuários realizados no país, em 2006 e 2017, demonstra que o

número de estabelecimentos agropecuários reduziu-se em 2,5% neste período, mas a área destes ampliou-se em 5%, o que aponta um aumento da concentração de terra no meio rural. Apesar desta redução no número total de estabelecimentos, os que faziam uso de agrotóxicos aumentaram em 20,4%, de 1.396.077, em 2006, para 1.681.001, em 2017.

Ao observar a tabela 1, percebe-se que, entre 2006 e 2017, os estados com maior crescimento no número absoluto de estabelecimentos agropecuários que utilizaram agrotóxicos foram Minas Gerais, com 62.683 novos estabelecimentos, que representavam 19,3% do total de novos locais neste perfil; Bahia, com 36.076 e 11,1%; e Espírito Santo, com 35.835 e 11%.

Ao observar os mesmos dados para igual período, no entanto considerando o crescimento relativo, nota-se que sete estados que apresentaram maior crescimento proporcional no uso de agrotóxicos em suas produções estavam localizados na Amazônia Legal, com crescimentos que variavam de 147,2%, no Mato Grosso, a 340,9%, no Amapá.

Tabela 1. Estabelecimentos agropecuários que utilizaram agrotóxicos

Unidades da Federação	Nº de estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos		Variação entre 2006 e 2017	
	2006	2017	Nº	%
Amapá	235	1.036	801	340,9
Acre	1.722	7.580	5.858	340,2
Roraima	644	2.423	1.779	276,2
Tocantins	5.524	15.086	9.562	173,1
Pará	16.376	43.889	27.513	168,0
Amazonas	3.730	9.272	5.542	148,6
Mato Grosso	19.436	48.048	28.612	147,2
Espírito Santo	30.180	66.015	35.835	118,7
Goiás	18.941	36.773	17.832	94,1
Maranhão	31.091	55.728	24.637	79,2
Minas Gerais	103.617	166.300	62.683	60,5
Rondônia	31.144	47.173	16.029	51,5
Bahia	89.809	125.885	36.076	40,2
Piauí	34.686	47.474	12.788	36,9
Mato Grosso do Sul	11.403	15.547	4.144	36,3
Distrito Federal	1.846	2.287	441	23,9
Sergipe	21.947	26.779	4.832	22,0
Alagoas	25.621	30.464	4.843	18,9
Ceará	112.154	128.913	16.759	14,9
Rio de Janeiro	13.736	15.773	2.037	14,8
Santa Catarina	124.256	129.362	5.106	4,1
Paraíba	50.806	52.227	1.421	2,8
São Paulo	78.072	76.791	-1.281	-1,6
Rio Grande do Sul	273.851	256.099	-17.752	-6,5
Paraná	202.758	189.310	-13.448	-6,6
Pernambuco	68.329	62.766	-5.563	-8,1
Rio Grande do Norte	24.163	22.001	-2.162	-8,9
Brasil	1.396.077	1.681.001	284.924	20,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017/IBGE.

No outro extremo da tabela 1 aparecem estados com variações negativas ou próximas a zero no uso de agrotóxicos por seus estabelecimentos agropecuários entre 2006 e 2017. No entanto, esta redução na prática não existiu, já que estes estados apresentaram variações negativas mais acentuadas no número total de estabelecimentos. Ou seja, na prática, o que ocorreu foi uma maior concentração de uso de pesticida nos estabelecimentos destes territórios. O único estado que demonstrou estabilidade neste quesito foi Pernambuco, onde, apesar da redução de 7,9% no total de estabelecimentos agrícolas, houve redução de 8,1% naqueles que usam agrotóxicos.

A proporção de uso de agrotóxicos

Muitas vezes, apenas o número de propriedades rurais não passa a noção completa da presença destes agentes químicos em nossa alimentação. Por conta

disto, o Mapa 1 apresenta a proporção das propriedades que utilizaram agrotóxico pelos estados da federação brasileira em 2017, e nele notam-se situações de grande disparidade.

Cerca de cinco estados utilizaram agrotóxicos em mais de 50% de suas propriedades. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina os utilizaram em mais de 70% de suas propriedades agrícolas. Em Rondônia, na Amazônia, esta proporção já é de 51,7%, devido, em grande parte, ao uso de agrotóxicos nas plantações de café e herbicidas nas crescentes áreas de pastagens.

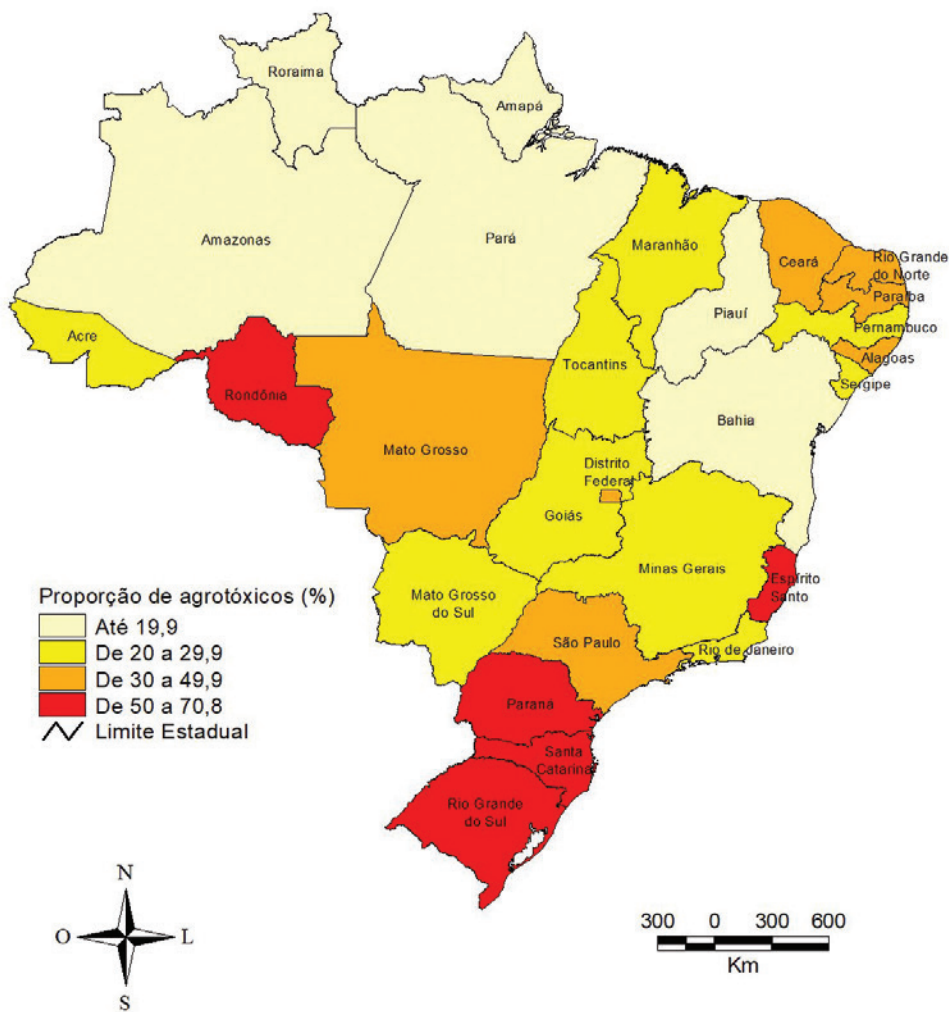
A região Sul vem utilizando proporcionalmente mais do que o dobro, ou o triplo, de agrotóxicos das demais regiões do país. Isso é particularmente preocupante pela importância da região na composição da mesa da população brasileira, pois sua agroindústria se destaca nacionalmente na produção de carnes e embutidos, trigo e derivados, óleos vegetais, creme de leite, legumes

e verduras processadas, vinhos, sucos, doces e geleias.

O Mapa 1 também permite perceber que, felizmente, grande parte da Amazônia ainda apresenta as menores proporções de ‘propriedades agrotóxicas’. Algo que pode mudar, pois, se a proporção de crescimen-

to atual deste perfil de propriedade se mantiver, em aproximadamente quinze anos teremos outra grande faixa vermelha do mapa no outro extremo do país, com esse grandioso bioma apresentando significativas contaminações decorrentes.

Mapa 1. Proporção de empreendimentos agrícolas que utilizam agrotóxicos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017/IBGE.

A adubação química

A adubação de um solo auxilia e acelera o seu desenvolvimento, bem como o conseguinte plantio. Esta adubação pode se dar de forma química, com adição de minerais específicos e outros componentes que enriqueçam o solo ou coíbam o surgimento de algumas pragas. Sua vantagem é a praticidade de aplicação e agilidade de resultados.

No entanto, ela gera um rápido empobrecimento do solo e polui a rede hidrográfica da região com o despejo excessivo de nutrientes, lixiviados do solo pela chuva ou irrigação, que provocam a proliferação de al-

gas. Estas por sua vez consomem muito oxigênio da água deixando-a passível de contaminação e gerando danos à fauna aquática local. Ela também pode gerar uma concentração maior de resíduos venenosos e de água nos alimentos, restringindo sua qualidade para a saúde, bem como seu sabor e nutrientes, além de deixá-los mais propícios à futuras contaminações até chegar ao consumidor.

A adubação orgânica possui os mesmos objetivos, mas por ser elaborada com ingredientes orgânicos animais e/ou vegetais se integra melhor ao solo e ao meio ambiente que o cerca, gera menos pragas. Pro-

picia também alimentos mais saudáveis e saborosos. Seus contras são a maior dificuldade inicial de mensuração da quantidade a usar, dependendo do uso que o solo terá, e maior tempo para gerar resultados.

O estado da Bahia se destaca dos demais por ter concentrado quase 30% do total de estabelecimentos agrícolas (47.656 unidades) que passaram a utilizar adubação química entre 2006 e 2017. Mas é a proporção desta variação que chama atenção. Pode-se notar na Tabela 2 que oito dos nove estados que compõem a Amazônia Legal foram os que apresentaram maior crescimento proporcional neste quesito. O aumento deste uso variou de 68,6% nos estabelecimentos agropecuários do Amazonas a 434,7% nos do Acre.

Os destaques positivos ficaram por conta dos estabelecimentos agropecuários dos estados de Santa Catarina que, apesar da redução de 5,7% no total de estabelecimentos no período, apresentou redução de 15,5% nos com uso

de adubos químicos; e Distrito Federal e Ceará, que mesmo tendo apresentado incrementos no número total de estabelecimentos de 32% e 2,8%, respectivamente, obtiveram reduções respectivas de 12,3% e 0,9% nos empreendimentos agropecuários adubados quimicamente.

O sucesso de alguns estados que apresentaram reduções no uso da adubação química, mesmo com aumento de empreendimentos e produções, deixa evidente que há alternativas de adubação menos agressivas à natureza e ao organismo humano viáveis, produtivas e rentáveis, baseadas na adubação orgânica, seja com dejetos de animais, restos de vegetais, vinhaça, humos de minhoca, biofertilizantes e outros compostos orgânicos. Para que este sucesso ocorra é necessário interesse e dedicação no aprendizado do uso e consciência ambiental e social, que embasa o produtor para um possível enfrentamento contra a pressão, mesmo que indireta, exercida pela indústria dos agrotóxicos e fertilizantes.

Tabela 2. Estabelecimentos agropecuários que utilizaram adubação química

Unidades da Federação	Nº de estabelecimentos que utilizaram adubação química		Variação no período	
	2006	2017	Nº	%
Acre	242	1.294	1.052	434,7
Roraima	494	2.094	1.600	323,9
Amapá	382	1.307	925	242,1
Rondônia	3.957	13.286	9.329	235,8
Pará	17.853	34.860	17.007	95,3
Mato Grosso	11.985	21.675	9.690	80,9
Maranhão	6.799	11.777	4.978	73,2
Amazonas	3.906	6.586	2.680	68,6
Rio Grande do Norte	5.289	7.823	2.534	47,9
Bahia	117.957	165.523	47.566	40,3
Mato Grosso do Sul	12.244	17.043	4.799	39,2
Paraíba	9.429	12.925	3.496	37,1
Espírito Santo	61.826	81.010	19.184	31,0
Sergipe	36.903	48.074	11.171	30,3
Pernambuco	36.896	41.113	4.217	11,4
Piauí	6.119	6.657	538	8,8
Tocantins	9.695	10.411	716	7,4
Minas Gerais	252.920	270.711	17.791	7,0
Goiás	45.358	47.217	1.859	4,1
Alagoas	31.069	31.476	407	1,3
Rio de Janeiro	19.654	19.831	177	0,9
Ceará	19.282	19.104	-178	-0,9
Distrito Federal	3.836	3.363	-473	-12,3
Santa Catarina	146.676	123.966	-22.710	-15,5
São Paulo	118.354	95.389	-22.965	-19,4
Paraná	231.593	182.067	-49.526	-21,4
Rio Grande do Sul	359.858	276.505	-83.353	-23,2
Brasil	1.570.576	1.553.087	-17.489	-1,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017/IBGE.

Proporção de uso de adubos químicos

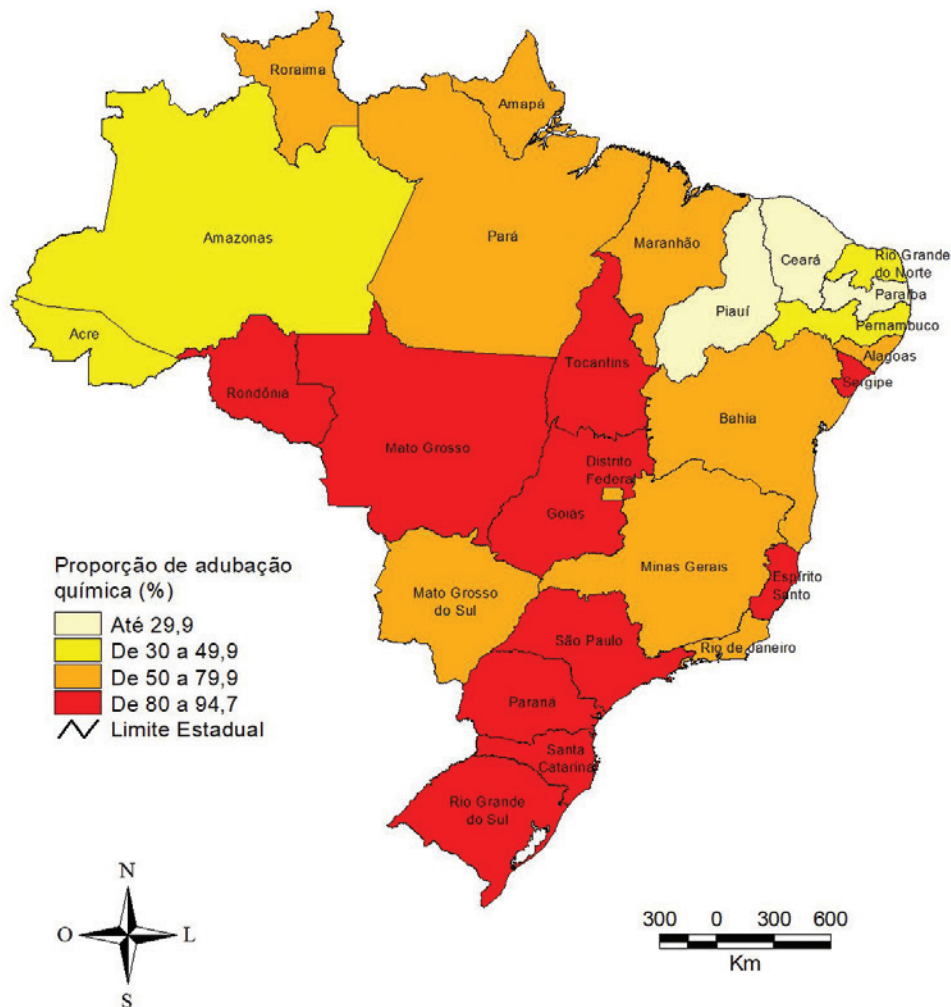
Antes de qualquer análise, é necessário explicar que a proporção de estabelecimentos agropecuários que utilizaram adubos químicos foi calculada sobre o total de estabelecimentos que praticaram adubação, e não sobre o total de estabelecimentos, como no caso da análise de agrotóxicos. Em consequência observaram-se proporções bem maiores aqui do que na análise da presença de agrotóxicos.

Isso posto, observa-se no Mapa 2 que seu uso foi intenso em praticamente todo o centro-sul do país, incluindo ainda os estados de Rondônia, Tocantins,

Sergipe e Espírito Santo, todos com esta prática em pelo menos 80% de seus estabelecimentos rurais. Nos estados do Espírito Santo e Rio Grande do Sul esta proporção chega a 94,7% e 91,3%, respectivamente.

Apesar desta forte concentração em muitos estados, a prática foi pouco adotada no Ceará, Sergipe e Piauí, onde mais de 70% dos empreendimentos agropecuários utilizaram adubação orgânica. O Piauí, inclusive, que se destaca na produção de algodão, arroz, óleos vegetais, goma de tapioca e carnes e derivados, foi o único estado brasileiro que se enquadrou nas categorias deste estudo de menor uso de adubos químicos e de agrotóxicos.

Mapa 2. Proporção de empreendimentos agrícolas que utilizam adubos químicos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017/IBGE.

Uma mudança gradativa no uso de agrotóxicos e adubação química urge no Brasil. Aqui, o uso destas substâncias é excessivo, mesmo quando comparado a outros países, que conseguem obter produtividade similar ou superior, com maiores proporções de uso de compostos orgânicos ou técnicas agrícolas menos agressivas ao meio ambiente e aos alimentos em si.

Segundo o “Relatório sobre o direito à alimentação”, da Organização das Nações Unidas, a afirmação de que o uso de pesticidas contribui para a erradicação da fome é um mito, pois estes são prejudiciais à saúde e à alimentação. A publicação também defende que é possível alimentar os 9,6 bilhões de pessoas que devem habitar a terra em 2050 sem o uso destas substâncias.

COMUNICAÇÃO



Esta seção analisa o cenário pré-eleitoral do Brasil na ótica da imprensa internacional, com destaque para a influência de Lula sobre os eleitores e a instabilidade política do país que oscila entre o progressismo e o conservadorismo. Também enfoca a importante decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU, que requereu ao governo brasileiro respeito aos direitos políticos do candidato do PT e continua a repercutir na imprensa brasileira e nas redes sociais.

A situação de Lula e o cenário eleitoral na imprensa

As páginas na internet de todos os grandes veículos estrangeiros publicaram reportagens sobre a situação política e jurídica do ex-presidente Lula e o cenário eleitoral, tido como o mais imprevisível desde 1989. O deputado de extrema-direita, Jair Bolsonaro, também foi alvo de diversas publicações que o tratam como uma ameaça para a democracia brasileira em função do seu perfil autoritário e dos discursos de ódio que adota.

A decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU que requereu ao governo brasileiro a garantia de que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha os seus direitos políticos respeitados nas eleições talvez seja o fato político mais importante do mês de agosto porque continua a ter desdobramentos dentro do Brasil.

Por mais que a imprensa tradicional brasileira tenha tentado dar o assunto como encerrado logo que ele apareceu, a discussão sobre a obrigação de que o Estado brasileiro cumpra a decisão continua a circular. No dia 17 de agosto, jornais da Espanha, Portugal, França, Estados Unidos, Alemanha, Oriente Médio e América Latina publicaram notícias sobre a liminar concedida pelo Comitê de Direitos Humanos. Essas publicações não chegaram aos jornais impressos, mas estão disponíveis na internet para milhões de pessoas. Infelizmente, não é possível medir o alcance da informação no mundo.

Independentemente de quanto o mundo já está sabendo, é fato que a situação do ex-presidente Lula está sendo discutida fora do Brasil. O próprio Lula publicou um artigo no jornal estadunidense *New York Times* no qual se defende das acusações

que sofre e clama por justiça. O ex-ministro de Relações Exteriores do México, Jorge G. Castañeda, também publicou um artigo no mesmo jornal defendendo que Lula não deve ser impedido de se candidatar. Para Castañeda, a candidatura do ex-presidente representa o fortalecimento da democracia brasileira.

Na página do jornal nova-iorquino também está publicada uma reportagem sobre o poder político de Lula mesmo estando preso. O texto afirma que é grande a probabilidade de que o ex-presidente seja impedido de ser candidato. Em compensação, o seu poder de influenciar as eleições é inegável e deve ser algo fundamental neste processo. A reportagem afirma que não se sabe qual vai ser o poder de influência dele por estar, até o momento, impedido de falar com a sociedade.

Uma notícia publicada na página do grupo de comunicação AL Jazeera no dia 15 de agosto tenta esmiuçar o que se pode esperar da eleição no Brasil. Um analista político da XP Investimentos declara que o esperado é que o poder político de Lula coloque Fernando Haddad no segundo turno das eleições mesmo que o ex-prefeito de São Paulo não seja tão conhecido em todo o país.

Esse poder do ex-presidente impressiona todos os veículos de comunicação estrangeiros. O jornal francês *Le Monde* publicou reportagem no último dia 18 dizendo que Lula esteve no primeiro debate entre os presidenciáveis como uma assombração para os seus adversários. O nome do ex-presidente foi pouco falado, mas o fato de o primeiro colocado nas pesquisas estar impedido de debater é algo que torna o processo eleitoral muito estranho.

O mesmo texto traz o depoimento de Laura Weisbisch, pesquisadora no Centro Brasileiro de Análise e Planificação (Cebap). Laura diz que a decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU serve para reforçar o discurso que denuncia a ilegitimidade das sanções contra Lula. Na Itália, Lula foi tema de publicação do jornal *La Repubblica* no início do mês, após a visita do eurodeputado Roberto Gualtieri.

O ato de registro da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva chamou a atenção do jornal espanhol *El Mundo* que afirmou ser uma demonstração de for-

ça do ex-presidente e do Partido dos Trabalhadores. O ato também foi citado pelo inglês *The Guardian* e pelo estadunidense *New York Times*. A força de Lula e do PT em contraste com a tentativa de barrar a candidatura do ex-presidente e de impedi-lo de atuar politicamente é algo que torna o cenário eleitoral um tanto misterioso.

A revista liberal *The Economist* publicou no dia 6 de agosto uma reportagem sobre esse cenário imprevisível. De acordo com a revista, os brasileiros estão divididos e enojados com a política. Por isso, não se sabe o que pode acontecer. O professor Pablo Ortellado declarou para a *Economist* que essa eleição é sobre a política tradicional versus a rejeição do sistema.

O conteúdo das publicações sobre o Brasil na imprensa estrangeira mostra que Lula e o Partido dos Trabalhadores são os grandes protagonistas do cenário eleitoral e que há espaço para chamar a atenção do mundo ainda mais sobre o que ocorre no Brasil. E é importante que se tenha ciência de que Lula não é o único motivo de notícias. Jair Bolsonaro também é. A revista *The Economist* publicou reportagem com a manchete “O perigo representado por Jair Bolsonaro”. O texto trata das posições retrógradas do deputado.

A página da emissora alemã *DW* publicou a reportagem “Improvável e desagradável, Jair Bolsonaro pode dirigir o Brasil”. Em outros veículos as menções a Bolsonaro são no mesmo sentido apesar de não terem reportagens específicas sobre ele.

Para os veículos estrangeiros está evidente que o futuro do Brasil balança entre o progressismo e o conservadorismo radical que se alimenta do descontentamento da sociedade com a política. Enquanto isso, os jornais brasileiros não apresentam para seus públicos nenhum tipo de análise nesse sentido, apenas noticiam como se todos fossem iguais.

A decisão da ONU na imprensa tradicional

A decisão da ONU favorável ao respeito aos direitos políticos de Lula recebeu tratamento muito diferente da imprensa tradicional brasileira, tanto no que se refere ao espaço para as posições divergentes que surgiram dentro da polêmica que se criou em torno do tema quanto à quantidade de textos veiculados

nos sites e impressos e o destaque recebido por eles.

O *Estado de S. Paulo* “escondeu” a notícia e não deu nenhum espaço a especialistas que defendem que a decisão do órgão seja cumprida. Publicou uma reportagem no dia 23 de agosto, sob o título “Imagem em post sobre ‘relatório da ONU favorável a Lula’ tem conteúdo enganoso”, na qual tenta diminuir a importância do Comitê de Direitos Humanos da ONU ao afirmar que é composto por dezoito especialistas com diferentes nacionalidades e sem vinculação com os governos dos seus países. Diz ainda que é um órgão com status inferior ao Conselho de Direitos Humanos e à Assembleia Geral, além de argumentar que há anos o Estado e o Judiciário brasileiros não costumam ceder em pedidos ou decisões judiciais internacionais de órgãos multilaterais, encarando-os como recomendações.

O jornalista Jamil Chade, correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* em Genebra, na Suíça, fez entrevista com a vice-presidenta do Conselho, Sarah Cleveland, na qual ela reiterou que a determinação da ONU exige do Estado brasileiro garantia ao direito de o ex-presidente ser candidato. O *Estadão* não publicou a entrevista, que acabou veiculada pelo site Jota, especializado em temas jurídicos.

O grupo *Globo* foi na mesma linha ao publicar análise de Carlos Alberto Sardenberg cujo título é “Fake ONU”. No texto, diz que a função do Comitê é supervisionar e monitorar o cumprimento dos acordos internacionais e fazer recomendações, em entendimento com os países envolvidos. “Vai daí que são fake todas as notícias do tipo “ONU manda, determina, exige que Lula participe da eleição”.

No UOL, a matéria da BBC que trouxe o assunto a público ficou em destaque na home durante várias horas. E, na *Folha de S. Paulo*, a análise de um dos colunistas que sempre se manifesta contra Lula, como Josias de Souza, e a própria posição do Itamaraty, ao afirmar que se trata de uma “recomendação da ONU”, tiveram alguns contrapontos publicados.

Uma entrevista com o ex-chanceler Celso Amorim publicada no dia 17 de agosto: “Amorim diz que declaração da ONU sobre Lula tem de ser seguida”, na qual afirma que o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos assinado pelo Brasil tem força nor-

mativa. “A liminar tem que ser cumprida. O pacto assinado pelo Brasil foi internalizado. Faz parte da lei brasileira.” E uma reportagem, em 17 de agosto, com um dos integrantes do corpo de especialistas e dirigentes da ONU, o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, na qual afirma que a liminar a favor de Lula tem caráter obrigatório.

Redes sociais

O debate nas redes sociais online foi marcado por dois momentos muito específicos: a veracidade da notícia e posteriormente se ela se aplicava ou não ao Brasil. Os dois momentos foram dominados por uma polarização nítida: enquanto páginas, blogs e a imprensa progressista reforçavam a decisão da ONU e denunciavam a perseguição jurídica - agora com repercussão internacional - contra o ex-presidente Lula, páginas antipetistas se apressaram em questionar a veracidade de tal notícia.

Assim, não foram poucas as manchetes que acusavam o PT e a defesa de Lula de fake news por noticiar tal decisão. Com o passar das horas e dos dias, no entanto, a decisão foi confirmada. Então, páginas e blogs de direita - esses sim especializados na disseminação de notícias falsas - se apressaram para questionar a validade de tal decisão, apelando até mesmo para a ausência de jurisdição da ONU em território brasileiro.

Sites como lula.com.br, PT, Brasil 247, BBC e UOL foram os destaques em volume de compartilhamentos de notícias que reforçavam a veracidade e o caráter obrigatório da decisão da ONU. Somaram mais de 350 mil compartilhamentos nos últimos dias. Entre as publicações de páginas antipetistas destaca-se publicação da “Publica Brasil” que garante que os advogados inventaram que o Comitê da ONU deu liminar pela candidatura de Lula. Apenas ela teve 36.8 mil compartilhamentos. Outras páginas como República de Curitiba e Cesar Weis também apostaram na acusação de notícia falsa e somaram mais de 56 mil compartilhamentos. O último capítulo dessa disputa foi a declaração do presidente do Senado afirmando que o Brasil é, sim, signatário do pacto com a ONU, reconhecendo a legitimidade de resolução da entidade.

Em suma, a disputa nas redes foi travada entre páginas de esquerda, imprensa e blogs progressistas de um lado e páginas antipetistas, blogs de fake news e parte da imprensa, como *Veja*, que apostaram, nos primeiros momentos, em acusar a ONU de fake news.

É inegável, no entanto, a importância e o estarda-

lhaço gerado por tal decisão da ONU nas redes sociais e na internet: o termo ONU foi o quinto mais buscado junto ao nome de Lula no Google durante os últimos dias, ficando atrás apenas de Candidato e 2018. Lula foi ainda o candidato mais buscado no Google, perdendo apenas para Bolsonaro nos estados de SC, RS, SP, RJ, AC, AP, AM, RO e RR.



acesse
o canal **teveFPA** 

ENTREVISTAS - EVENTOS - TRANSMISSÕES AO VIVO

MOVIMENTOS SOCIAIS



O resultado das mobilizações dos movimentos sociais é um processo de acumulação de forças. Tudo indica que o povo aguarda pacientemente as eleições para manifestar a sua insatisfação sobre a conjuntura brasileira.

Iniciativas organizadas se sustentam desde 2016

Desde o golpe em 2016, há uma justa ponderação de diversos analistas em torno da questão da reação popular. É fato que o povo pobre paga caro por ele e não se vê uma tomada massiva em mobilizações espontâneas contra o golpe e os golpistas. O que se enxerga no cotidiano dos movimentos sociais são as iniciativas organizadas, que não cessaram desde o lançamento da Frente Brasil Popular, ainda antes da queda da presidenta Dilma Rousseff, e se sustentam até os dias atuais.

Quando a história desse período for contada em fotografias de plano aberto, com possibilidade de algum distanciamento, poderemos tratar esse momento como uma etapa de grande reação nacional, em que o povo esperou as urnas para efetivar a sua insatisfação.

O processo democrático brasileiro padece de vícios estruturais que inviabilizam uma relação direta entre manifestação e resultados práticos. O único resultado prático que está objetivamente nas mãos do povo é o processo eleitoral, pelo menos por enquanto. O comportamento dos agentes públicos imbuídos do poder de força e coerção, como as polícias e o Poder Judiciário se resume ao exercício da autoridade e à reprodução da exclusão e de preconceitos.

Os agentes públicos imbuídos do poder de legislação

e execução na maioria dos casos atendem a interesses de minorias que dominam a elite do atraso. Resta, portanto, aos movimentos sociais organizados, o permanente estado de mobilização, com a intenção de chamar a atenção para a gravidade da situação atual. E isso não é pouca coisa.

Tomemos como exemplo a negociação coletiva dos trabalhadores bancários em 2018. Primeiro, é essencial lembrar que essa categoria é a única que sustenta uma negociação nacional com um setor patronal multi-empresas. É fato que a oligopolização dos bancos facilita esse processo, mas manter um processo de décadas de negociação centralizada, com igualdade de direitos para os trabalhadores em todo o território brasileiro, é algo digno de nota tendo em vista o enorme cenário de fragmentação política que vive o Brasil.

Em meio ao processo do golpe de 2016, os bancários viveram a experiência da primeira convenção coletiva nacional com validade de dois anos. Esse elemento foi central para dar alguma segurança jurídica a essa categoria mesmo depois da nefasta Reforma Trabalhista. Além de dar segurança jurídica, garantiu aos sindicatos combativos a possibilidade de ter um ano de mobilização intensa contra a retirada de direitos, como foi o caso da greve geral de abril de 2017.

A mirada fragmentada desse processo poderia nos dar

a sensação de um esforço inócuo. Olhar para cada mobilização de forma separada é um equívoco. Isso porque, nesse período de dois anos, a categoria bancária acumulou uma força nacional que, combinada com a conjuntura, proporcionou uma das melhores propostas de convenção coletiva nos últimos anos.

A proposta dos banqueiros é de 5% de aumento para esse ano, garantia de todos os direitos da convenção coletiva (o que significa que os bancos abriram mão de aplicar a Reforma Trabalhista em quase todos os aspectos) e ainda a apresentação de uma solução para o financiamento sindical, de forma pactuada e aprovada pela categoria.

Segundo o Dieese, 78% das negociações em 2018 tiveram aumento real. Dessas, a média de aumento real foi de 0,94%. No caso dos bancários, o aumento real para 2018 representa 1,18%, o que significa um acordo nacional 25% acima da média dos acordos nesse ano.

Ainda, a manutenção de direitos apresenta uma derrota da Reforma Trabalhista para a categoria. Essa proposta, vinda dos bancos, inclusive dos bancos públicos, significa muito para a conjuntura.

É de se ressaltar que o governo golpista pressionou muito os bancos públicos a não aceitarem esse resultado. Mas a avaliação do mercado financeiro acabou prevalecendo, e Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal se integraram na proposta. Tudo isso sem a ocorrência de greves nos bancos nesse ano. O que significa uma avaliação dos maiores players do setor financeiro do Brasil que resulta em um esforço de proposta acima da média nacional sem a ocorrência de greves?

São duas as possíveis respostas dessa pergunta. Primeiro que a mobilização constante da categoria bancária adiantou, e muito. E segundo que há uma leitura de conjuntura do setor financeiro diferente da que presenciamos nos últimos dois anos.

Uma conjectura sobre essa avaliação de cenário dos bancos até seria possível. Mas a premissa de que há uma mudança de comportamento é suficiente para entendermos um pouco melhor o atual momento.

Um outro elemento digno de destaque é a heróica greve de fome dos representantes dos movimentos sociais em Brasília. Jaime Amorim, Frei Sérgio Gorgen, Zonália Santos, Rafaela Alves, Luiz Gonzaga Silva (Gegê), Vilmar Pacífico e Leonardo Soares passaram 26

dias sem comer. Prudentemente, a greve foi encerrada sem que algo mais grave ocorresse aos manifestantes. Mas é impossível compreendermos que essa drástica solução de denúncia tenha ficado incólume.

A greve era pela libertação imediata do ex-presidente Lula. Era uma pressão direcionada ao STF, que se nega a julgar a questão da execução de pena após a condenação em segunda instância. Nesse mesmo período de greve, foi aprovado um reajuste irresponsável aos super-salários do Poder Judiciário; a presidenta do STF, Carmem Lúcia, esteve ocupada gravando vídeos felizes cantando junto com a Procuradora Geral da República e a cantora Alcione; e o Comitê de Direitos Humanos da ONU determinou que se garantissem os direitos políticos de Lula. Essa decisão foi fragorosamente ignorada pelo Judiciário brasileiro.

Essas questões não passam incólumes pela opinião pública. Enquanto o setor financeiro entendeu por um recuo diante da conjuntura, o comando do poder judiciário se recusa a reavaliar politicamente sua postura elitista e anti-povo. Da mesma forma, a grande mídia continua se comportando como um abutre que ataca o que restou da democracia.

Não é por acaso que nesse processo o PT e Lula crescem no prestígio da opinião pública. O povo brasileiro não é dado a uma cultura permanente de mobilização social. Foram raros os momentos históricos permeados por uma grande comoção. Mas desde 2002, as urnas se tornaram um instrumento importante de clamor popular. Os dados das pesquisas apontam de fato para um claríssimo recado do povo, que ainda deve ser o soberano do processo eleitoral.

A grande imprensa trata como natural o cometimento do terceiro crime de lesa-pátria contra a democracia brasileira desde 2016. Tratou como natural o golpe contra Dilma, tratou como natural a criminosa prisão de Lula e agora reage da mesma forma à tentativa de uma abusiva inelegibilidade.

É preciso que se sustente incansavelmente a denúncia da situação absurda que vive o Brasil. Essa sustentação já gerou clamor internacional e muito provavelmente deve gerar um clamor que afetará o resultado eleitoral. Resta saber se eles ainda terão coragem de dar outro golpe com uma clara sustentação social em movimento contrário.

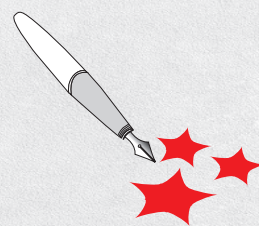


F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente licenciado), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Codas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo (sociólogos); William Nozaki (cientista social); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Antonio Carlos Carvalho (advogado); Luana Forlini (internacionalista); Rose Silva, Pedro Simon Camarão e Isaías Dalle (jornalistas). Análise de mídias sociais: Leonardo Casalinho e Pedro Barciela. Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 28 de agosto de 2018.

BOLETIM DE
**ANÁLISE DA
CONJUNTURA**



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br